



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Mundo do trabalho.

Precariado e renda básica: notas analíticas a partir de Guy Standing

Vinicius Tomaz Fernandes¹

Resumo: Considerando as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas e a vasta produção acadêmica que tem se debruçado sobre as questões da atual morfologia da classe trabalhadora, o presente trabalho realiza uma análise crítica acerca da conceituação dada pelo economista inglês Guy Standing ao chamado precariado. Para isso, buscaremos compreender seus fundamentos teórico-metodológicos, bem como o nascimento deste precariado, características fundamentais e possíveis impulsos políticos. Por fim, analisamos criticamente a proposição acerca da política de renda básica, tida como aquela capaz de amenizar desigualdades e frear o precariado de impulsos políticos fascistas e populistas.

Palavras-chave: Precariado; Classe trabalhadora; Renda básica.

Precariat and basic income: analytical notes based on Guy Standing

Abstract: Considering the transformations that have occurred in the last decades regarding the world of labor and the vast academic production that has studied the current morphology of the working class, this work performs a critical analysis over the conceptualization given by the English economist Guy Standing to the so called precariat. In order to do that, we seek to understand its theoretical-methodological foundations, as well as the birth of this precariat, its fundamental characteristics and possible political impulses. At last, we critically analyze the proposition about the basic income policy, which was considered as the one capable of lessening inequalities and curbing the precariat from fascist and populist political impulses.

Keywords: Precariat; working class; basic income.

Introdução

As transformações ocorridas na sociedade contemporânea, que se expressam grandemente no mundo do trabalho e na conformação das classes sociais, são um verdadeiro enigma para a teoria social contemporânea. Têm motivado uma série de estudos, pesquisas e publicações no esforço de desvendar esse processo. O livro *O Precariado: a nova classe perigosa*, publicado pela primeira vez em 2010, pelo economista inglês Guy Standing, se tornou uma das obras fundamentais para aqueles que ousam adentrar nesse debate. Dada sua importância não só teórica, mas também política, e sua ampla difusão, nos cabe realizar uma análise acurada de suas teses, buscando apreender seus fundamentos.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES). Bacharel em Ciências Sociais pela UFES. E-mail: viniciustomazfernandes@gmail.com.

A obra tem cinco questões essenciais que buscam ser sanadas: o que é essa classe? Por que devemos nos preocupar com seu crescimento? Por que ela está crescendo? Quem está ingressando nela? Para onde o precariado está nos levando?

Isto é, Standing busca compreender o momento histórico-econômico do qual o precariado é parte para, em seguida, caracteriza-lo do ponto de vista teórico-conceitual. Interessa também ao autor desvendar até onde essa classe, com seu abrupto crescimento, poderá nos levar. Mais especificamente, perceber a qual tipo de política o precariado se inclina e para qual projeto de mundo aponta.

Nascimento do Precariado

Já nas primeiras páginas de seu livro, Standing traz à tona um evento que compreende como “o despertar do precarido”, isto é, a sua primeira expressão política: as manifestações do EuroMayDay. O autor narra que, no dia 1º de maio de 2001, não passavam de cinco mil pessoas no centro de Milão, que buscavam uma marcha alternativa no Dia do Trabalho, composto majoritariamente por estudantes e jovens ativistas. Poucos anos depois, em 2005, a quantidade de pessoas presentes estaria entre 50 e 100 mil, marcando os primeiros movimentos do precariado global. Em suas fileiras, além da já mencionada juventude, se destacaria a presença dos imigrantes. Na proposição política, uma notável ausência de uma agenda reivindicativa que levasse coesão a essa massa de manifestantes. Em comum tinham a identidade precária e a não identificação com a antiga agenda trabalhista ou com os “velhos sindicalistas, que passariam perplexos diante dessa nova massa desfilante” (STANDING, 2015).

Essa massa, ainda disforme, teria sido gestada ao longo das últimas décadas a partir da ascensão e implementação das políticas neoliberais, localizada pelo autor entre as décadas de 1970 e 1980. A agenda neoliberal, destaca Standing, traz consigo um elemento fundamental de flexibilização, esta se expressa nas mais diversas dimensões, dentre as quais: a flexibilidade salarial, tornando oscilantes os pagamentos mensais; a flexibilidade do vínculo empregatício, aumentando a rotatividade dos empregos; a flexibilidade no emprego, isto é, a realização de mais de uma tarefa ao mesmo tempo e rotatividade de atividade no interior do emprego; além da flexibilidade das habilidades do trabalhador, que corresponde a capacidade de polivalência.

O resultado imediato desse processo teria sido um forte sentimento de insegurança, ansiedade e medo difundido entre esse contingente populacional.

Sentimentos apontados, justamente, como sendo aqueles que motivavam a participação do precariado nas manifestações do EuroMayDay¹. No entanto, destaca o autor:

Aqueles que participam das paradas do EuroMayDay e dos eventos parceiros em outras partes do mundo são apenas a ponta do precariado. Há um elemento muito maior vivendo no medo e na insegurança. [...] Eles estão flutuando, à deriva e potencialmente furiosos, capazes de se desviar politicamente para a extrema direita ou para a extrema esquerda e de apoiar a demagogia populista que tira proveito de seus medos ou suas fobias (STANDING, 2015, p. 19).

Isto é, o sentimento, difuso e comum, é capaz de levar a parte, ainda que minoritária, do precariado a se expressar politicamente nas ruas. No entanto, esse sentimento, associado à ausência de uma agenda política própria deixa esse novo sujeito social à deriva, exposto a utilização de sua massa por parte de qualquer extremo do espectro político. Isto porque, segundo Standing, o precariado não é portador de qualquer resquício de projeto utópico de sociedade, tal qual foi o proletariado, ele deseja, tão somente, dar respostas pragmáticas, imediatas e, em grande medida, individuais aos problemas que o aflige. Trataremos deste tema de forma mais acurada ao final do texto, neste momento é preciso destacar as características fundamentais que Standing atribui ao precariado.

A globalização é destacada pelo autor como um dos fatores impulsionadores do crescimento vertiginosos do precariado nos últimos anos. A globalização do mercado de trabalho, colocando em concorrência os trabalhadores do mundo desenvolvido e subdesenvolvido, rebaixou condições de vida dos trabalhadores europeus e criou um *boom* na economia emergente, onde se destacam China e Índia², em virtude principalmente de seus altos contingentes populacionais.

O autor chega a afirmar, sem fundamentar em dados empíricos, que o precariado já corresponderia a “pelo menos um quarto da população adulta” (STANDING, 2015, p. 47). Segundo Standing, os dados tradicionalmente coletados são incapazes de aferir o tamanho e crescimento do precariado, mas seu crescimento tanto nos países centrais e

¹ Apesar de identificar o EuroMayDay como a primeira expressão política do precariado, Standing sugere que um outro momento teria marcado seu início “De certa forma, 1968 marcou o início do precariado, com a rejeição da sociedade industrial e o trabalhismo monótono” (2015, p. 108). A afirmação destoa do conjunto da formulação, que compreende a gênese do precariado a partir das políticas neoliberais.

² O Brasil – bem como todo o conjunto da América Latina – é uma ausência notável na análise do autor. Cita o país uma única vez quando se refere à experiência do Bolsa Família como embrião de políticas de renda básica.

periféricos, junto à escalada do setor de serviços, já o colocaria em um patamar elevado quantitativamente.

Eixos característicos fundamentais

Já deve ser possível perceber, até aqui, que Standing se inspira nas análises de classe de matriz weberiana, ainda que não seja muito rigoroso nesse sentido. Ocorre, naturalmente, uma elevação da condição de status como determinação da composição de classe e, ainda, a sugestão de alguns tipos ideais, ainda que não apareçam de forma explícita.

Nesse sentido, o autor elabora, timidamente, uma espécie de tipo ideal do proletariado¹. Para Standing, esse tem por característica uma série de direitos e garantias relacionadas ao trabalho, que vai da cidadania aos vínculos familiares. Nesse menor nível de análise, os familiares de um proletário são capazes de, por exemplo, saber o nome da profissão, bem como descrever a atividade por ele realizada. O trabalho, com isso, é reconhecido pelo seu núcleo familiar, por sua comunidade e, muitas vezes, a atividade é passada de geração em geração. Esses elementos são criadores de identidade. O proletariado se reconhece enquanto tal em seu trabalho e obtém, também, o reconhecimento da família e da comunidade, que darão o apoio e suporte necessários nos momentos de dificuldade.

O proletário, em maior nível de análise, tem representação política assegurada via sindicatos, confederações e centrais sindicais, que tratam de assegurar direitos adquiridos e lutar pela expansão de novos direitos. Sua profissão é devidamente reconhecida pelo Estado e regulamentada. É especializado em uma atividade, nela terá relativa estabilidade, garantias de seguro saúde e desemprego, anos determinados de trabalho até chegar à aposentadoria. Enfim, suas garantias, direitos e formas de expressão política estão consolidadas naquilo que Standing denomina “cidadania industrial”.

A cidadania industrial é compreendida como: garantia de mercado de trabalho, isto é, de uma política que busque o pleno emprego; garantia de vínculo empregatício, ou seja, estabilidade; segurança no emprego, isto é, oportunidades de mobilidade ascendente; segurança do trabalho, que significa proteção contra acidentes; garantia de reprodução de

¹ Proletariado e classe trabalhadora são tratados como sinônimos na obra de Standing, faremos o mesmo uso.

habilidades a partir de estágios, treinamentos etc; segurança de renda por meio de salário mínimo ou indexação; e, por fim, garantia de representação pelos já citados sindicatos.

É evidente que não se trata de simplificar as condições de vida do proletariado, ainda que sob condições de vigência do *Welfare State*, não encontrava tanta estabilidade, segurança e homogeneidade. Está claro que Standing acentua as características deste período para, no plano analítico, pensar o precariado a partir da antítese do tipo ideal.

Queremos dizer, com isso que o precariado se traduz, teoricamente, em um contraste para com o proletariado. Encontra-se apartado de cada uma das características listadas da cidadania industrial. Realiza serviços por tarefa, sua família e comunidade não sabem exprimir que tipo de serviço faz ou o nome de sua profissão. Aliás, para com esses, não possui fortes vínculos e nem mesmo pode contar em momentos de necessidade.

O precariado é expressão da hegemonia do setor terciário¹ da economia, que coloniza não só seu trabalho, mas seus modos de vida e suas mentes. Isso representa, na prática, fluidez da divisão da jornada e do local de trabalho. Com o avanço da informática e das tecnologias de informação, um serviço pode ser prestado a qualquer hora e em qualquer lugar. A qualquer momento em casa, antes considerado o local de repouso, o precariado pode ser solicitado a resolver uma demanda via e-mail ou *WhatsApp*. Não há, obviamente, pagamento de horas extras por esse serviço. Sua não realização pode ter como consequência iminente a perda do serviço.

É encorajado à multitarefa, a optar por saídas individuais e a curto prazo, tendo em vista a baixa probabilidade de construir uma carreira. Isso tudo colabora para que o precariado não amadureça para uma classe organizada, que busque seus interesses coletivos. Há um forte impacto individual que resulta no que Standing chama de “mente precarizada”, discorrendo acerca das características psicológicas do precariado. A raiva é fruto da frustração diante de uma vida de privação, a anomia representa a passividade que nasce do desespero, em seguida a ansiedade, vinculada a insegurança de quem vive no limite e, por fim, a alienação que decorre de um fazer que está submetido a um objetivo que lhe é exterior.

O autor prossegue discorrendo sobre outros sentimentos como o engano, ilusão, autoestima e dignidade, sempre os ligando à entrada e permanência no mercado de trabalho que permanece aquém das expectativas. O importante é compreender que a

¹ Também chamado de terceiro setor, aquele que compreende as atividades de comércio e de prestação de serviços. É, para Standing, o setor dominante da economia na contemporaneidade.

precarização não permanece ilhada no mundo do trabalho, ela invade a vida, o corpo e a mente do precariado global¹.

Precariado como classe social

O precariado estaria em franca ascensão, impulsionado pelo crescimento dos países emergentes, protagonizado por Índia e China. Suas características, radicalmente distintas do antigo proletariado, tornariam o precariado um sujeito social distinto e dissociado da classe trabalhadora.

Standing sugere que o precariado se desenvolve enquanto uma antinomia do proletariado, num cenário onde a flexibilidade, insegurança e desvinculação própria do trabalho precário se contrastam com todo o arranjo de leis de seguridade social e garantias relacionadas ao trabalho, próprias do fordismo. Não é exagero afirmar, portanto, que Standing hipervaloriza o período fordista, a ponto de compreender o proletariado como tendo, essencialmente, as características marcantes deste tempo histórico.

Está claro para nós que, como afirma Antunes em *Os sentidos do trabalho* (2009), o chamado operário-massa fordista representa a figura hegemônica da classe trabalhadora no período que compreende da Primeira Guerra Mundial até, ao menos, a ascensão do toyotismo, já na década de 1970. No entanto, em que pese a hegemonia dessa *forma-de-ser* do proletariado durante um longo período histórico, isso não significa que possamos igualar, a nível teórico, os conceitos².

Como, por exemplo, Standing compreenderia a classe trabalhadora descrita por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010)? Tendo em vista que Engels descreve, densamente, uma classe trabalhadora em péssimas condições de vida, sem regulamentação ou direitos de qualquer espécie. É válido ressaltar que, a época descrita por Engels, inexistia até mesmo contrato de trabalho, sendo a remuneração ocasional, não havendo limites para a jornada de trabalho e inexistindo liberdade associativa (isto é, sem proteção sindical).

Se, para Standing, portanto, a classe trabalhadora é caracterizada pelo trabalho de longo prazo, com horas estáveis e fixas, acordos de sindicalização etc, o autor compreenderia que a classe trabalhadora descrita por Engels não é classe trabalhadora?

¹ Nesse sentido, encontra grande convergência em relação ao conceito de *precarização existencial* de Alves (2014).

² Bensaïd (2008) discorre acerca desta questão, denominando essa perspectiva de “compreensão operarista do proletariado”, isto é, compreender o proletariado, unicamente, como aquela figura do operário fordista do “chão-de-fábrica”.

Ou seja, as características que Standing imputa como *conditio sine qua non* para a formação da classe trabalhadora inexistem na própria formação da classe trabalhadora enquanto tal. Em nossa visão, é mais apropriado compreender as características levantadas por Standing como próprias do período fordista – em solo europeu, não no restante do globo, vale ressaltar –, onde a figura da classe trabalhadora descrita por Standing foi hegemônica, mas não a única.

Essa observação é pertinente, ainda, porque esse motivo vai subsidiar a compreensão do autor para o qual o precariado se conformará como uma nova classe social, distinta da classe trabalhadora, justamente por essas características. Outras interpretações, essas de matriz marxista, como Alves (2014) e Braga (2012) compreenderão o precariado enquanto segmento no interior da classe trabalhadora, tendo em vista a consideração de que a classe trabalhadora não possui uma forma estanque, mas dinâmica.

Em alguns momentos de seu livro, o próprio Standing parece confundir os conceitos e demonstra que as fronteiras entre proletariado e precariado são bastante tênues. Ao discorrer sobre o perfil eleitoral no Reino Unido, o autor afirma que “Os desmotivados eram principalmente os jovens (com menos de 35 anos) da classe trabalhadora – o precariado” (2014, p. 222). Dessa forma o autor acaba, por um deslize, por tratar o precariado como um segmento interior da classe trabalhadora.

Impulso político: inferno ou paraíso

O precariado, ainda distante de ser uma *classe-para-si*, sem projeto e agenda política própria, se torna alvo fácil para ser manobrada pelos pontos extremos da política. O perfil psicológico facilita sua adesão a políticas que prometem a mudança de seu padrão de vida. O precariado está em franca disputa, em políticas que podem ir “do inferno ao paraíso”, nas palavras do autor.

O atual desgaste da democracia, no entanto, tem mostrado que a desesperança nas instituições e no exercício do voto tem tensionado o precariado em direção à extrema-direita, que conseguiu adequar seus discursos para atrair esse contingente de insatisfeitos.

Pessoas inseguras produzem pessoas com raiva, e pessoas com raiva são voláteis, propensas a apoiar uma política de ódio e amargura. Na Europa, os partidos de centro-esquerda têm sido punidos pelo eleitorado por permitir que a desigualdade e a insegurança cresçam, enquanto seguem em direção a um Estado de *workfare*. Os partidos de

extrema-direita têm crescido, apelando abertamente para os temores daqueles que se tornaram mais inseguros (STANDING, 2015, p. 224).

Na democracia frágil, é fácil demonizar grupos e aponta-los como os causadores dos problemas sociais. O precariado é, naturalmente, muito permeável a esse tipo de discurso. Cresce, sempre de acordo com o autor, no Reino Unido e no restante da Europa o discurso que elege como culpados os migrantes, criminosos, incapacitados e requerentes de benefícios sociais. O seu extremo, o inferno, é a construção de uma sociedade panóptica, isto é, de controle e monitoramento extremos, moralmente rígida e socialmente agressiva.

Por outro lado, o autor sugere que para a consolidação do precariado enquanto *classe-para-si* há uma latente “política de paraíso”. Seria necessário resgatar a trindade da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – para compor uma nova agenda para esse sujeito social. O precariado é atraído para uma política anti-degradação ambiental e quereria reviver a liberdade republicana, ao contrário da liberdade mercadorizada. Para isso é necessário se desfazer, de uma vez por todas, do trabalhismo e do modelo neoliberal de globalização.

Se Standing considera que a principal necessidade do precariado é a segurança econômica, a alternativa que é conferida é de realização de uma política de renda básica de existência. Isto é, a garantia de rendimento mínimo, promovido pelo Estado, a todas as pessoas. Isso asseguraria maior estabilidade econômica e, conseqüentemente, diminuiria os níveis de insegurança e ansiedade do precariado, dando a alternativa de que promovam tarefas que tenham maior identificação e realização.

Como estratégia de realização desses objetivos, o autor aponta para a necessidade de construir associações corporativas que representem os interesses do precariado, mas que sejam organizadas em separado dos organismos de representação da classe trabalhadora.

Em princípio, os sindicatos poderiam ser reformados para representar os interesses do precariado. Mas há várias razões para pensar que isso é improvável. Os sindicatos fazem lobby e lutam por mais empregos e uma maior distribuição da produção; eles querem que a torta da economia seja maior. Eles são, necessariamente, antagônicos e econômicos. [...] sempre que houver um conflito entre os interesses financeiros de seus membros e as questões sociais ou ecológicas, eles vão optar pelos primeiros. Os progressistas devem parar de esperar que os sindicatos se tornem algo que vá contra os seus propósitos (STANDING, 2015, p. 251).

O autor identifica os sindicatos como entidades que buscam, estritamente, a satisfação dos interesses corporativos da categoria representada, mas não explica o porquê entidades de representação – também corporativas – do precariado, que o próprio autor sugere, ousariam uma política universalista. Isso contrasta, também, quando Standing aponta que o precariado deve se preocupar em criar leis internacionais de trabalho a partir da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como se tal tarefa pudesse ser cumprida por organismos multilaterais que, em última instância, reproduzem a lógica de mercantilização do trabalho.

Essa também é outra dubiedade nos escritos do autor, que ao início da “política de paraíso” se refere à necessidade de romper com a liberdade mercadorizada, propõe em seguida a completa subsunção do trabalho à forma mercadoria. Segundo o autor, o emprego não deve ser criador de identidade, mas são necessários para a reprodução da vida social, mas “Que sejam devidamente mercadorizados. Se essa é a regra de uma economia de livre mercado, então que se aplique a todas as mercadorias” (p. 243).

Standing, portanto, não aponta, mesmo quando trata da política de paraíso, para qualquer horizonte de superação da sociedade capitalista. As demandas e contradições enfrentadas pelo precariado podem ser disputadas e transformadas no interior do atual modo de produção, sendo necessárias apenas a organização deste novo sujeito social e a canalização de suas energias – distanciando da extrema-direita – em direção a política de renda básica universal. Também, reestabelecendo o espaço público, revigorando a democracia liberal.

O autor elabora, ainda, um esboço de estratificação de classe da sociedade contemporânea, que estaria dividida em sete classes. No topo, é localizada a plutocracia, um grupo seleto de indivíduos detentores de enorme riqueza associada ao capital financeiro. Abaixo a elite, que exerce poder dominante efetivo a partir do domínio do Estado. A seguir está o salariado, um grupo que goza de segurança no emprego, ocupando cargos elevados no Estado e nas companhias, é uma espécie de classe média. O quarto grupo é chamado de *proficians*, que ganham a vida como consultores e “empresários”. Abaixo dele está o “velho proletariado”, que estaria em acelerado processo de decréscimo. Finalmente o precariado, seguido do chamado lumpem-precariado, uma massa de pessoas excluídas da sociedade, vivendo na miséria (STANDING, 2014).

O precariado seria dividido, internamente, em três tipos. O primeiro tipo diz respeito àqueles que se afastaram das famílias da classe trabalhadora e de seus vínculos comunitários, ao associar os sentimentos de privação e frustração tendem à extrema-direita. O segundo tipo consiste nos migrantes e minorias, que tenderiam a ser nostálgicos e politicamente passivos. O terceiro, por fim, é formado pela força de trabalho mais instruída, que sente mais o efeito da frustração de status, tendendo a serem mais progressistas.

Não caberia a qualquer um desses tipos a política de cunho revolucionário, nem reformista ou neoliberal. Ao precariado, caberia ser *transformador*. A flexibilidade e a mercantilização, por exemplo, não são características a serem suprimidas, mas a serem *transformadas* em favor do precariado. Isso fica explícito quando o autor afirma “[...] que cada vez mais pessoas consigam perseguir a sua própria ideia de ocupação e, que o trabalho, o verdadeiro lazer e a reprodução possam florescer dentro de padrões flexíveis” (STANDING, 2014, p. 19-20)”. Podemos, agora, compreender quando o autor afirma por uma espécie de generalização da mercadorização, conforme afirmamos anteriormente.

Não se trataria de uma luta sobre a produção, com sua socialização, mas sim pela luta por *redistribuição*. É nela que o precariado deveria se apoiar para alcançar patamares de segurança e, enfim, conter seus sentimentos de ansiedade e frustração. Para alcançar esse objetivo, seria necessária uma luta pela desmercadorização da educação¹, já que o precariado é submetido a uma educação regida pela lógica do capital humano, que busca estritamente o preparo técnico para o mercado de trabalho e nega os saberes necessários à vida em sociedade e o conhecimento humanístico geral.

O último elemento que buscamos debater neste capítulo de impulsos políticos diz respeito às fases de evolução política que Standing (2014) atribui ao precariado, que também são três. A primeira, e na qual está hoje localizado o precariado, é a fase dos “rebeldes primitivos, onde se desenvolve os primeiros passos de reconhecimento mútuo e ação coletiva. A segunda fase é a da representação, sobre a qual já discorreremos, onde se nega a alternativa sindical e se busca alternativas corporativas próprias. Por fim, a terceira e mais polêmica é a do “recomprometimento político”, onde o precariado se faria expressar via partido. De acordo com o autor, expressões já presentes são os partidos Syriza, na Grécia, e Movimento 5 Estrelas (M5S) na Itália.

¹ Standing não explica por que haveria uma educação desmercadorizada em meio à uma sociedade onde o trabalho é mercadorizado, como o próprio defende. Como os professores, por exemplo, trabalharão de forma mercadorizada e educarão de forma desmercadorizada?

O autor, no entanto, exemplifica essa fase de representação partidária do precariado com partidos radicalmente distintos em forma e conteúdo. O Syriza, localizado à esquerda no espectro político da Grécia, alcançou maioria parlamentar com um discurso antiausteridade e se apoiando nas organizações da classe trabalhadora grega, elegeu como primeiro ministro Alexis Tsipras. Apesar da retórica inflamada, não conseguiu romper com a política econômica imposta pela Troika¹. Em contraste, o M5S é um autodenominado “não-partido” fundado pelo comediante Beppe Grillo – que detém os direitos sobre a marca – e se propõe a ser um partido que realize democracia direta via internet, se reivindicando “nem de esquerda, nem de direita”, em que pese suas posições sempre tenderem para a última. Não há justificativa clara do autor para entender esses dois partidos, tão díspares em suas qualidades, como expressões comuns de representação e organização do precariado.

Renda básica de cidadania como saída

Inspirada por formulações que remontam a Aristóteles, a renda básica de cidadania também é conhecida como “renda mínima”, “salário cidadão”, “dividendo social” e tantas outras denominações. Ela é definida por Van Parijs (2000) como “[...] uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independentemente de sua situação financeira ou exigência de trabalho” (p. 179). O filósofo grego defendia em *A Política* que era necessária uma justiça distributiva, que tornasse mais iguais os desiguais, proporcionando a participação política dos cidadãos – em que pese os escravos, não sendo considerados cidadãos, não estarem incluídos nesse pensamento. Desde então uma série de economistas, das mais diversas correntes teóricas, se debruçaram sobre o assunto, de Keynes a Friedman.

Em 1986, economistas, sociólogos e filósofos² fundaram a *Basic Income European Network* (BIEN)³, buscando ampliar o alcance de suas formulações, além de torna-las factíveis do ponto de vista de sua aplicação. Em 2004, passou a se chamar *Basic Income Earth Network*.⁴ No Brasil, o principal expoente dessa proposta é o ex-senador Eduardo Suplicy, o país já chegou a sediar um dos congressos internacionais da BIEN, ocorrido no ano de 2010. Standing, por sua vez, defende a renda básica como um

¹ Comitê que reúne o Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

² Destacamos o próprio Guy Standing, além de nomes como Claus Offe e Philippe Van Parijs.

³ Rede Europeia de Renda Básica.

⁴ Rede Mundial de Renda Básica.

pagamento concedido pelo Estado à totalidade dos indivíduos, não estando condicionada a qualquer tipo de contrapartida. Isto é, cada pessoa – incluindo crianças, jovens, idosos – receberia um valor mensal, independente de sua condição de renda. O recebimento não é, portanto, por família, residência ou núcleo, mas individualizado. O pagamento também deveria ser realizado em dinheiro, não condicionando o que deveria ser gasto, como é o caso de um ticket alimentação. Para o autor, essa livre escolha é fundamental, já que a renda básica não é um meio para persuadir as pessoas (2015, p. 256).

O Estado também não poderia retirar, sob qualquer hipótese, o acesso do indivíduo à renda básica, ainda que exista comportamento questionável do ponto de vista judicial. Também não estaria vinculada ao trabalho, forma marcante da política social erguida pelo trabalhismo, que originou aquilo que o autor denomina como *Workfare*, isto é, a garantir de direitos sociais e bem-estar para aqueles vinculados ao emprego estável, típico do fordismo. A renda básica não teria, portanto, qualquer vinculação comportamental (STANDING, 2014).

Essa política teria, com isso, o potencial de arrefecer a psicologia do precariado descrita por Standing (2014), cujas características de angústia, ansiedade, medo, têm uma raiz comum e um impulso político determinado. A raiz é a própria instabilidade e insegurança, que seria sanada pela remuneração – a partir da renda básica – que, por sua vez, propiciaria tempo livre para que o indivíduo optasse por se dedicar às atividades de sua livre escolha. Isso eliminaria o impulso político “de inferno”, isto é, aquele inclinado aos discursos populistas e fascistas. A renda básica seria uma forma de criar uma agenda política própria do precariado e que, por sua vez, impulsionaria sua vocação por uma “política de paraíso”.

Não por acaso, a proposta encontra forte ressonância entre os economistas ortodoxos, já que atua de forma individualizada e monetarizada. A preocupação de Standing para dar fim à agonia do precariado não compreende o acesso aos direitos básicos dos quais o precariado é alijado (como saúde, educação, lazer etc), em vez disso, busca dispor de uma quantia em dinheiro para que os indivíduos optem “livremente” por qual necessidade sanar. Assim sendo, é falsa a premissa de que a renda básica seria suficiente para dar segurança ao precariado, já que não atua sobre o conjunto de suas necessidades vitais.

Da mesma forma, a renda básica não garante o exercício de tempo livre, tanto no que diz respeito ao lapso temporal, mas principalmente em relação à liberdade.

Primeiramente porque a jornada de trabalho tende, com as novas tecnologias informacionais, a se estender cada vez mais aos horários de reprodução da força de trabalho, especialmente pro tarefas atribuídas via e-mail e *WhatsApp*, como já afirmamos anteriormente, onde as pessoas devem solucionar determinadas tarefas pelo seu computador ou celular. Também porque a lógica mercantil tem o poder de *colonizar* o tempo livre, impondo a ele uma lógica de consumo. De acordo com Padilha (2003), considerando um indivíduo que trabalha de forma alienada, sem uma relação libertadora com o que produz, que consome mercadorias também de modo alienado, como usaria o tempo disponível de modo livre?

Em síntese, de renda básica assegura uma renda mínima de existência para os indivíduos de uma sociedade, no entanto, a proposta não transforma as relações sociais que produzem, não só o trabalho, mas uma vida precarizada. De tal forma, que a renda básica poderia servir, até mesmo, como um mecanismo de manutenção de uma sociedade marcada pela precariedade.

Considerações Finais

As formulações de Guy Standing são, certamente, um marco no debate acerca das transformações da estratificação de classe e do precariado, afinal é o próprio autor que resgata o conceito da sociologia francesa da década de 1980. Nem por isso, deixa de ser menos polêmico. São inúmeras as questões que se colocam e que merecem análise mais atenta. A análise sociológica calcada no weberianismo repercute em uma projeção liberal da economia e da democracia, mas nem por isso as ideias do autor merecem ser descartadas de conjunto. Discordamos frontalmente acerca da caracterização do precariado enquanto classe social, também da maioria das projeções políticas que imagina para esse sujeito.

Como já destacado, também nos afastamos da proposta de renda básica, já que tal agenda política não ataca os fundamentos do modo de produção capitalista, responsável pela difusão de uma existência precária, que, pelo contrário, reforça a lógica da vida subordinada à mercadorização.

No entanto, nos parece pertinente localizar do precariado como fruto das políticas neoliberais. Junto a elas, devem ser articuladas do ponto de vista teórico, é claro, a reestruturação produtiva e a financeirização. Isso vai de encontro, por exemplo, à defesa de Braga (2012) que compreende o precariado, generalizado historicamente, como fração

precarizada da classe trabalhadora, podendo remontar as origens do precariado brasileiro desde, ao menos, à década de 1930, quando o Brasil vive uma primeira fase de industrialismo. Também nos parece pertinente remeter aos impactos subjetivos nas mentes dos trabalhadores em função das transformações do mundo do trabalho, ainda que se pondere que o autor trava uma determinação que parte do âmbito individual-isolado, e não da totalidade das relações sociais de produção.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru : Canal6, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center**: a catedral das mercadorias e do lazer reificado. 2003. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2003.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9-24, 2014.

_____. **O precariado**: a nova classe periogosa. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VAN PARIJS, Philippe. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?. **Estudos Avançados**, v.14, n. 40, p.179-210, 2000.

